



CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
Serviço Público Federal

Ofício Circular CONTER nº 0086/2017

Brasília, 23 de novembro de 2017.

Ao Senhor
TR MARCELLO CARLOS DE SOUZA COSTA
Diretor Presidente do CRTR/4ª Região
Av. Presidente Vargas, nº 534 - 7º Andar, Centro
CEP: 20.071-000 - Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Relatório de Auditoria – Prestação de Contas/2016**



Senhor (a) Presidente,

Como é sabido por V.Sª., as auditorias referentes às Prestações de Contas dos CRTRs, atinentes ao exercício de 2016, foram realizadas por empresa contratada pelo Conselho Nacional, a AUDIMEC – Auditores Independentes S/S-EPP.

Assim, informamos sobre o recebimento, em 24 de outubro de 2017, dos relatórios das auditorias, pelo que encaminhamos a cópia referente a esse CRTR para conhecimento. Em continuidade ao processo, solicitamos providências e resposta ao CONTER quanto à regularização/justificativa concernentes aos apontamentos indicados, especialmente quanto aos itens que tiveram opinião desfavorável ou que os controles internos consideraram insuficientes.

A resposta deverá conter, no mínimo, a especificação do item, as causas que proporcionaram as ocorrências e as medidas sancionadoras que assegurem a regularização do apontamento, conforme §2º, do Art. 6º, da Resolução CONTER nº 01/2016.

Tratam-se de requisitos essencialmente necessários para subsidiar a formação de opinião técnica e instrução do processo de Prestação de Contas desse CRTR, referente ao exercício de 2016, que será apreciado pelo Plenário do CONTER oportunamente.

As respostas devem ser encaminhadas até o dia **22 de dezembro de 2017**.

Atenciosamente,

TR. ABEL DOS SANTOS
Diretor-Tesoureiro

acem/acc



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2016**

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA – 4º REGIÃO/RJ

Administração Regional do Rio de Janeiro – CNPJ (MF) 32.095.317/0001-45

Endereço: Avenida Presidente Vargas, 534 – Centro – 7º andar – CEP.: 20.071-000

Rio de Janeiro/RJ

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do **CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA – 4º REGIÃO/RJ, Administração Regional do Rio de Janeiro (CRTR/RJ)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, o balanço financeiro, balanço orçamentário, as demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA – 4º REGIÃO/RJ, Administração Regional do Rio de Janeiro (CRTR/RJ)**, em 31 de dezembro de 2016, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **CRTR/RJ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **CRTR/RJ** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o **CRTR/RJ** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **CRTR/RJ** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **CRTR/RJ**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **CRTR/RJ** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) Outros Assuntos

5.1 Relatório de Gestão

A administração do **CRTR/RJ** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

5.2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

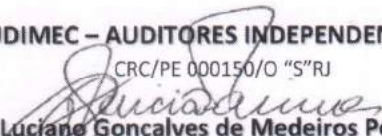
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, não foram examinadas por outros auditores independentes.

Rio de Janeiro/RJ, 01 de setembro de 2017



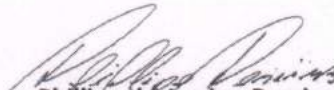
AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O "S"RJ


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ

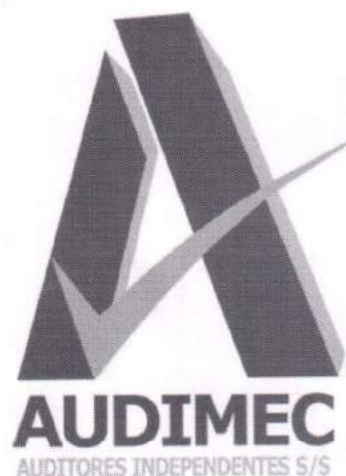
Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-9 "S"RJ



CRTR/RJ

Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – 4ª Região

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DOS
CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2016**

Rio de Janeiro/RJ, 01 de Setembro de 2017.

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA – 4º REGIÃO/RJ

Administração Regional do Rio de Janeiro – CNPJ (MF) 32.095.317/0001-45

Endereço: Avenida Presidente Vargas, 534 – Centro – 7º andar – CEP.: 20.071-000

Rio de Janeiro/RJ

Att.: Diretor Presidente

A/c.: Geraldo Gomes da Silveira

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

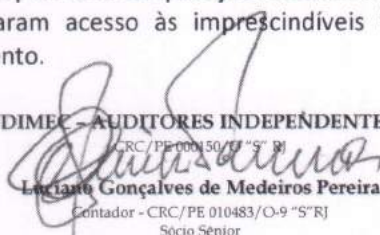
Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo CRTR/RJ acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2016, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 80%x20%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças à independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no item "3.4" do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2017, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" RJ
Sócio Sênior

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 4ª REGIÃO – CRTR/RJ
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016

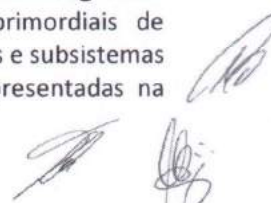
1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho Regional de Técnicos De Radiologia 4ª Região – CRTR/RJ**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, levado a efeito mediante visitas na Sede da Autarquia nos mês de Junho de 2017, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.



1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.2.1 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.2.2 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

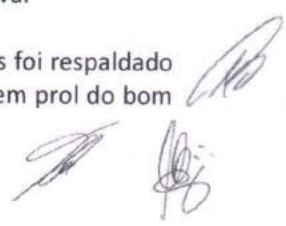
Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.2.3 ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

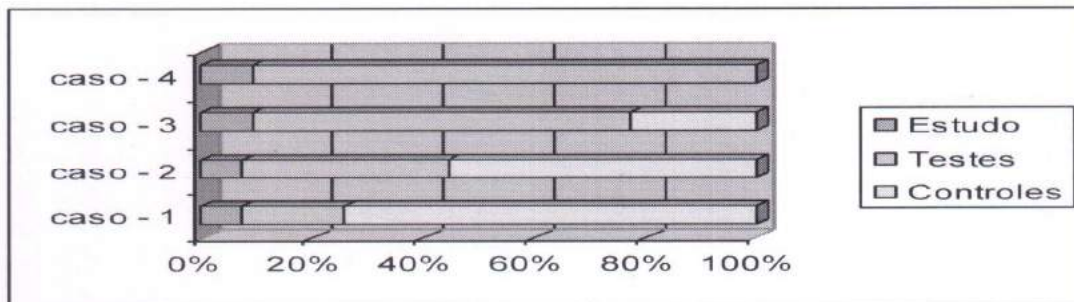
Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.



1.2.4 AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

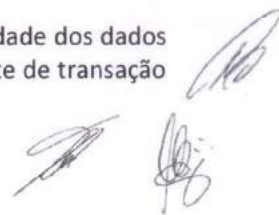
1.2.5 TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

⇒ Testes de Observância:

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

⇒ Testes de Substância:

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.



1.2.6 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 31/12/2016 sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da "matriz de risco" considerada a partir de tais informações.

ATIVO	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE	R\$428.248,12	6,32%	R\$354.815,80	6,12%	73.432,32	20,70%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$163.301,13	2,41%	R\$113.559,90	1,96%	49.741,23	43,80%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$221.405,32	3,27%	R\$170.288,78	2,94%	51.116,54	30,02%
ESTOQUES	R\$6.568,32	0,10%	R\$4.768,44	0,08%	1.799,88	37,75%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$36.973,35	0,55%	R\$66.198,68	1,14%	-29.225,33	-44,15%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$6.350.830,56	93,68%	R\$5.438.982,93	93,88%	911.847,63	16,77%
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$5.686.778,93	83,89%	R\$4.776.973,87	82,45%	909.805,06	19,05%
IMOBILIZADO	R\$664.051,63	9,80%	R\$662.009,06	11,43%	2.042,57	0,31%
BENS MÓVEIS	R\$152.738,85	2,25%	R\$147.964,56	2,55%	4.774,29	3,23%
BENS IMÓVEIS	R\$523.824,66	7,73%	R\$523.824,66	9,04%	0,00	0,00%
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	R\$12.511,88	0,18%	R\$9.780,16	0,17%	2.731,72	27,93%
TOTAL	R\$6.779.078,68	100,00%	R\$5.793.798,73	100,00%	985.279,95	17,01%

PASSIVO	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
PASSIVO CIRCULANTE	R\$1.005.615,98	14,83%	R\$821.184,63	14,17%	184.431,35	22,46%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$120.414,58	1,78%	R\$145.094,58	2,50%	-24.680,00	-17,01%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	R\$284.138,25	4,19%	R\$90.543,98	1,56%	193.594,27	213,81%
FORNecedores E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$31.810,61	0,47%	R\$158.519,58	2,74%	-126.708,97	-79,93%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$153.754,46	2,27%	R\$52.987,55	0,91%	100.766,91	190,17%
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	R\$200.410,06	2,96%	R\$66.927,18	1,16%	133.482,88	199,44%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$104.167,96	1,54%	R\$108.514,23	1,87%	-4.346,27	-4,01%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R\$110.920,06	1,64%	R\$198.597,53	3,43%	-87.677,47	-44,15%
TOTAL DO PASSIVO	R\$1.005.615,98	14,83%	R\$821.184,63	14,17%	184.431,35	22,46%
Patrimônio Social e Capital Social	R\$0,00	0,00%	R\$0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultados Acumulados	R\$5.773.462,70	85,17%	R\$4.972.614,10	85,83%	800.848,60	16,11%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$5.773.462,70	85,17%	R\$4.972.614,10	85,83%	800.848,60	16,11%
TOTAL	R\$6.779.078,68	100,00%	R\$5.793.798,73	100,00%	985.279,95	17,01%

1.2.6.1 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de **17,01%** verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de **R\$ 985.279,95**, ocorrida entre os exercícios de 2016 e 2015 propiciando assim analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.

Neste sentido percebe-se com razoável facilidade que os principais grupos do balanço apresentaram a seguinte variação no período:

ATIVO	AÇÃO 2015	Risco por Relevância
Especificação	A/H	Horizontal
ATIVO CIRCULANTE	20,70%	ALTO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	43,80%	ALTO
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	30,02%	ALTO
ESTOQUES	37,75%	ALTO
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	-44,15%	ALTO
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	16,77%	RELATIVO
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	19,05%	RELATIVO
IMOBILIZADO	0,31%	BAIXO
BENS MÓVEIS	3,23%	BAIXO
BENS IMÓVEIS	0,00%	INEXISTENTE
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	27,93%	ALTO
TOTAL	17,01%	RELATIVO

PASSIVO	AÇÃO 2015	Risco por Relevância
Especificação	A/H	Horizontal
PASSIVO CIRCULANTE	0,2245918	BAIXO
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-17,01%	RELATIVO
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	213,81%	ALTO
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-79,93%	ALTO
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	190,17%	ALTO
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	199,44%	ALTO
PROVISÕES A CURTO PRAZO	-4,01%	BAIXO
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-44,15%	ALTO
TOTAL DO PASSIVO	22,46%	ALTO
Patrimônio Social e Capital Social	0,00%	INEXISTENTE
Resultados Acumulados	16,11%	RELATIVO
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16,11%	RELATIVO
TOTAL	17,01%	RELATIVO

1.2.6.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

ATIVO	SALDOS	Risco por Relevância
Especificação	A/V	Vertical
ATIVO CIRCULANTE	6,32%	BAIXO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2,41%	BAIXO
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3,27%	BAIXO
ESTOQUES	0,10%	BAIXO
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,55%	BAIXO
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	93,68%	ALTO
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	83,89%	ALTO
IMOBILIZADO	9,80%	BAIXO
BENS MÓVEIS	2,25%	BAIXO
BENS IMÓVEIS	7,73%	BAIXO
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	0,18%	BAIXO
TOTAL	100,00%	ALTO

PASSIVO	SALDOS	Risco por Relevância
Especificação	A/V	Vertical
PASSIVO CIRCULANTE	14,83%	RELATIVO
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1,78%	BAIXO
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	4,19%	BAIXO
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,47%	BAIXO
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	2,27%	BAIXO
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	2,96%	BAIXO
PROVISÕES A CURTO PRAZO	1,54%	BAIXO
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1,64%	BAIXO
TOTAL DO PASSIVO	14,83%	RELATIVO
Patrimônio Social e Capital Social	0,00%	INEXISTENTE
Resultados Acumulados	85,17%	ALTO
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85,17%	ALTO
TOTAL	100,00%	ALTO

1.2.6.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição.

ATIVO	Risco por Relevância	Risco por Relevância
Especificação	Horizontal	Vertical
ATIVO CIRCULANTE	ALTO	BAIXO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	ALTO	BAIXO
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	ALTO	BAIXO
ESTOQUES	ALTO	BAIXO
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	ALTO	BAIXO
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	RELATIVO	ALTO
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	RELATIVO	ALTO
IMOBILIZADO	BAIXO	BAIXO
BENS MÓVEIS	BAIXO	BAIXO
BENS IMÓVEIS	INEXISTENTE	BAIXO
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	ALTO	BAIXO
TOTAL	RELATIVO	ALTO

PASSIVO	Risco por Relevância	Risco por Relevância
Especificação	Horizontal	Vertical
PASSIVO CIRCULANTE	BAIXO	RELATIVO
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	RELATIVO	BAIXO
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	ALTO	BAIXO
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	ALTO	BAIXO
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	ALTO	BAIXO
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	ALTO	BAIXO
PROVISÕES A CURTO PRAZO	BAIXO	BAIXO
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	ALTO	BAIXO
TOTAL DO PASSIVO	ALTO	RELATIVO
Patrimônio Social e Capital Social	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Resultados Acumulados	RELATIVO	ALTO
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RELATIVO	ALTO
TOTAL	RELATIVO	ALTO

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

2 ASPECTOS CONTÁBEIS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS

Atendendo ao Termo de Referência vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2017, adaptamos nosso Programa Padrão de Auditoria e o consequente Planejamento, visando atendermos integralmente ao que foi preconizado no aludido Termo e mediante procedimentos de auditoria aplicados especificamente para esse fim.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **6,32%** do saldo total do ativo recebendo atributo de “baixo risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R\$ 73.432,32** equivalentes a **20,70%** de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco”, do ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO Especificação	SALDOS				VARIAÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE	R\$428.248,12	6,32%	R\$354.815,80	6,12%	73.432,32	20,70%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$163.301,13	2,41%	R\$113.559,90	1,96%	49.741,23	43,80%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$221.405,32	3,27%	R\$170.288,78	2,94%	51.116,54	30,02%
ESTOQUES	R\$6.568,32	0,10%	R\$4.768,44	0,08%	1.799,88	37,75%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$36.973,35	0,55%	R\$66.198,68	1,14%	-29.225,33	-44,15%

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. DISPONÍVEL

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo o saldo responde individualmente por aproximadamente **2,41%** do total do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo, a qual apresentou a seguinte variação no período.

Apresentamos adiante o saldo existente, o qual está composto conforme abaixo:

ATIVO Especificação	SALDOS				VARIAÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE	R\$428.248,12	6,32%	R\$354.815,80	6,12%	73.432,32	20,70%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$163.301,13	2,41%	R\$113.559,90	1,96%	49.741,23	43,80%

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldo, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre a emissão e saque e cheques, os de recebimentos avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

As “Aplicações de Liquidez Imediata” são representadas por fundos extra mercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com

liquidez diária (aplicado no Banco do Brasil, conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

Não procedemos a circularização dos saldos bancários, porque entendemos que a consulta on-line aos extratos da movimentação efetuada direto nos "sítios" dos bancos, e retroagindo nossa análise até 31/12/2016, inclusive, imprimindo a última folha do extrato na qual consta o saldo bancário registrado no balanço patrimonial como também a data de nossa consulta no rodapé da página, é muito mais segura e eficaz como evidência probante de consulta direta de fonte externa, do que a antiga circularização/confirmação de saldo, a qual devido a exiguidade de tempo e do baixo índice de retorno de efetiva resposta, que a experiência anterior nos credencia a considerar e assim aplicar este procedimento alternativo que julgamos muito apropriado nas atuais circunstâncias.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações de 31/12/2016 revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

Nas planilhas de conciliação dos saldos estão arroladas algumas transações de natureza cotidiana e aderente a espécie de contas, as quais devido à antiguidade da data origem intui a necessidade de um acompanhamento especial com registro pontual de procedimentos para sua liquidação junto as partes beneficiárias no caso dos cheques, ou as instituições financeiras no que tange aos avisos de débito ou crédito efetuados em conta.

Os débitos ou créditos efetuados em conta de depósitos à vista ou de aplicações financeiras devem ser consubstanciados por documentos hábeis ao suporte contábil e fisco-tributário de tais transações, neste caso os "Avisos de Lançamento" que são obrigação e dever da instituição financeira fazê-los chegar ao correntista tempestivamente para seu controle e providências.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Disponível são consubstanciados por meio de conciliações periódicas dos numerários e demais documentos de suporte dos fundos rotativos, e das análises e conciliações bancárias efetuadas mensalmente. Tais controles nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Este saldo representa **3,27%** da exposição ativa e registra uma variação positiva de **R\$ 51.116,54** equivalentes a um aumento de **30,02%** em relação ao exercício anterior. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registram importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

ATIVO Especificação	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$221.405,32	3,27%	R\$170.288,78	2,94%	51.116,54	30,02%

✓ Procedimentos de Auditoria

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2016 e 2015, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ Constatações

Em face da representatividade dos valores apresentados, nota-se que em 2016 houve uma maior Governança das dívidas de responsabilidade de Terceiros, entidades públicas e privadas com o CRTR.

✓ Opinião

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos. Porém demonstram fragilidades, necessitando de aprimoramento, principalmente, na cobrança de tais valores. Enfatizamos a necessidade de que esses valores sejam quitados com maior brevidade possível, considerando a necessidade de Caixa do Conselho, para fazer jus aos seus compromissos.

3.1.4 ESTOQUE

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo não foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

Tratam-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, material elétrico, material de proteção e segurança, dentre outros. Os materiais não são inventariados ao final do exercício.

ESTOQUE INTERNO - ALMOXARIFADO

✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, não aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos, pois, não existe valor patrimonial registrado para esse grupo.

✓ **Constatações**

Não validamos o saldo em "Estoque", além do que, o mesmo não recebe atributo de risco no ponto de vista da exposição ativa e no volume de transações, por não existir valor contábil registrado.

✓ **Opinião**

Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação daqueles saldos, também tornaram-se impossíveis em função dos controles internos inapropriados e inexistentes, de tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre a exatidão de aludidos saldos e dos reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TA's, poderiam causar no Ativo Circulante, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

3.1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Lei 11.638/07 e MP 499 já convertida na Lei 10.842/09. Precitado grupo representa **93,68%** da exposição ativa, apresentando um acréscimo de **R\$ 911.847,63** equivalentes a um percentual de **8,29%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco baixo na "matriz de risco" que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO Especificação	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$6.350.830,56	93,68%	R\$5.438.982,93	93,88%	911.847,63	16,77%
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$5.686.778,93	83,89%	R\$4.776.973,87	82,45%	909.805,06	19,05%
IMOBILIZADO	R\$664.051,63	9,80%	R\$662.009,06	11,43%	2.042,57	0,31%
BENS MÓVEIS	R\$152.738,85	2,25%	R\$147.964,56	2,55%	4.774,29	3,23%
BENS IMÓVEIS	R\$523.824,66	7,73%	R\$523.824,66	9,04%	0,00	0,00%
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	R\$12.511,88	0,18%	R\$9.780,16	0,17%	2.731,72	27,93%
TOTAL	R\$6.779.078,68	100,00%	R\$5.793.798,73	100,00%	985.279,95	17,01%

3.1.2.1 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **9,80%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco alto sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **0,31%** das transações que compõem a variação positiva de **R\$ 2.042,57**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Autarquia, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade no que tange a bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **14,83%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 184.431,35**, equivalentes a um aumento de aproximadamente **0,23%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando baixo risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO Especificação	SALDOS				VARIAÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
PASSIVO CIRCULANTE	R\$1.005.615,98	14,83%	R\$821.184,63	14,17%	184.431,35	0,224591819
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$120.414,58	1,78%	R\$145.094,58	2,50%	-24.680,00	-17,01%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	R\$284.138,25	4,19%	R\$90.543,98	1,56%	193.594,27	213,81%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$31.810,61	0,47%	R\$158.519,58	2,74%	-126.708,97	-79,93%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$153.754,46	2,27%	R\$52.987,55	0,91%	100.766,91	190,17%
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	R\$200.410,06	2,96%	R\$66.927,18	1,16%	133.482,88	199,44%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$104.167,96	1,54%	R\$108.514,23	1,87%	-4.346,27	-4,01%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R\$110.920,06	1,64%	R\$198.597,53	3,43%	-87.677,47	-44,15%
TOTAL DO PASSIVO	R\$1.005.615,98	14,83%	R\$821.184,63	14,17%	184.431,35	22,46%

4.1.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do CRTR. Em 31/12/2016 essa conta apresenta um saldo de R\$ 120.414,58, que estava assim composto:

✓ Procedimentos de Auditoria

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS - GRF.

✓ Constatações

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ Opinião

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

✓ Procedimentos de Auditoria

Uma provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de sentenças desfavoráveis a Autarquia.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas devem ser efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”. As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, nesta Norma o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

✓ Recomendação

Portanto, recomendamos ao Setor Jurídico que informe em um relatório, um prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, classificando-as como provável, possível ou remota. Inclusive eventuais valores de honorários e/ou custas devidos em todas as ações movidas, visando atender na totalidade a real necessidade do reconhecimento das Contingências a Curto e Longo Prazo, de maneira que venha a atender integralmente o CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

O Prognóstico quanto ao desfecho das causas é a base para que observemos a necessidade para o registro contábil (provisionamento) da potencial perda como uma obrigação no Passivo e/ou divulgação em Nota Explicativa das demonstrações contábeis.

O termo **provável** em relação ao **possível** indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, que o prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação.

Por sua vez, se o prognóstico for **possível perda**, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi necessariamente fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência seja a perda ou ganho no processo. Adicionalmente é importante notar que as decisões judiciais desfavoráveis de primeiro ou segundo grau podem não ser tão importantes para o desfecho desfavorável, quando ainda há possibilidade em tribunal superior ou de última instância.

Por fim, a perda classificada como **remota**, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a Autarquia, ou são insignificantes as chances que existam perdas. Devendo ser apenas tratadas de maneira Administrativa.

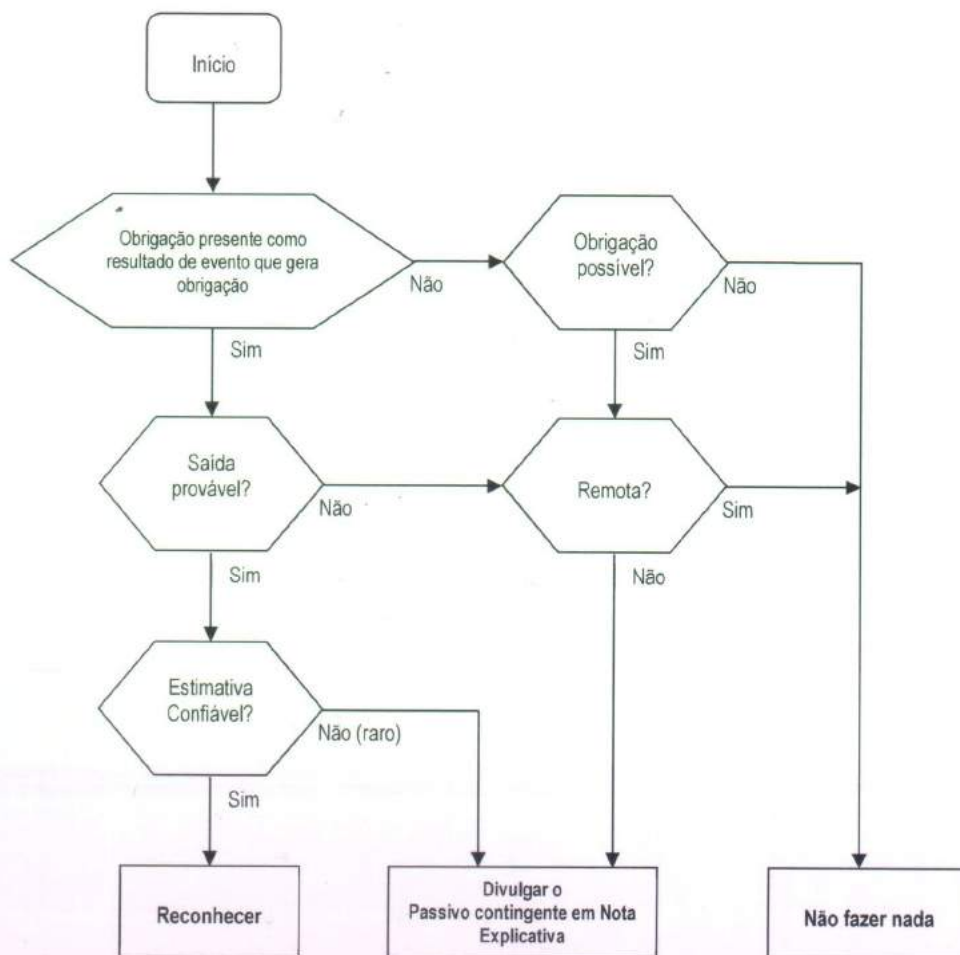
Reconhecimento da Provisão:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Árvore da decisão

Este resumo é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões e passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos peritos, para formação de sua opinião.



4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **85,17%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **16,11%** em relação ao exercício anterior.

PASSIVO Especificação	SALDOS				VARIAÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
Patrimônio Social e Capital Social	R\$0,00	0,00%	R\$0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultados Acumulados	R\$5.773.462,70	85,17%	R\$4.972.614,10	85,83%	800.848,60	16,11%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$5.773.462,70	85,17%	R\$4.972.614,10	85,83%	800.848,60	16,11%
TOTAL	R\$6.779.078,68	100,00%	R\$5.793.798,73	100,00%	985.279,95	17,01%

✓ Opinião

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatatóes.

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor previamente designado e tem como finalidade atender a despesas que não possam aguardar o processo normal, ou seja, é exceção quanto a não realização de procedimento licitatório.

Avaliamos os procedimentos quanto à utilização de Suprimento de Fundos para despesas de pequeno vulto concedidos aos servidores do CRTR e a correta forma de prestação de contas do mesmo, baseados em três aspectos mais relevantes:

- ✓ Observância dos Prazos;
Obs.: Sem inconformidades
- ✓ Análise dos Comprovantes;
Obs.: Sem inconformidades
- ✓ Análise das Formalidades;
Obs.: Sem inconformidades

5.1 ANÁLISE DOS COMPROVANTES

Os comprovantes de despesa realizada com recursos oriundos de Suprimento de Fundos têm as mesmas características de quaisquer documentos relativos a despesas subordinadas ao processo normal de pagamento.

As suas principais características são:

- a) os documentos fiscais, notas fiscais de vendas, notas fiscais de prestação de serviços – pessoa jurídica, faturas e recibos de pessoas físicas **não** deverão conter rasuras, acréscimos, entrelinhas;
- b) deverão ser emitidos **por quem forneceu** o material ou prestou o serviço;
- c) **deverão estar em nome do responsável pelo suprimento de fundos** (recibos) **ou do órgão a que o mesmo pertencer** (CRTR);
- d) deverão ainda constar obrigatoriamente

- A data de emissão, que deverá ser sempre igual ou posterior à data da concessão (data do empenho) do Suprimento de Fundos;

- Detalhamento do material fornecido ou do serviço prestado, **evitando-se generalizações ou abreviaturas que impeçam ou dificultem o conhecimento da natureza das despesas** e da unidade fornecedora de materiais ou serviços (discriminação da quantidade de produto ou de serviço) e;

- No caso de serviços prestados por pessoas físicas: nota fiscal avulsa - se o prestador de serviço tiver inscrição municipal - e o recibo de pagamento de autônomo - que deve conter número do registro Geral (RG) e CPF e inscrição no INSS, se for o caso.

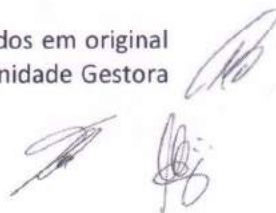
✓ **PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**

Cumprindo nosso programa de trabalho, passamos a análise dos processos econômico-financeiros de solicitação de suprimento de fundos referente ao ano de 2016.

✓ **Opinião**

Procedemos ao minudente exame dos comprovantes, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada, parabenizamos o Regional pelos procedimentos adotados na comprovação das despesas.

- ✓ **Observação 1:** Os documentos comprobatórios de despesa deverão constar, claramente, a discriminação do material fornecido ou do serviço prestado, não se admitindo discriminação genérica ou emprego de abreviaturas que impeçam a clara identificação do objeto da despesa.
- ✓ **Observação 2:** Os comprovantes de despesas realizadas não poderão conter rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas.
- ✓ **Observação 3:** Os documentos comprobatórios de despesa serão apresentados em original emitidos por quem prestou o serviço ou forneceu o material, em nome da Unidade Gestora (CRTR) ou do responsável pelo suprimento (recibos).



6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

✓ Órgãos Colegiados

Efetuamos a leitura das atas de reunião dos órgãos de controle e fiscalização e em decorrência de tal procedimento entendemos que os órgãos de controle institucional, estão devidamente estruturados e funcionando conforme preconizado regimentalmente e estatutariamente.

✓ Opinião

Procedemos ao minudente exame dos diplomas legais pertinentes à criação, estruturação e funcionamento da Autarquia, atentando para a observância dos principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

Neste sentido é relevante esclarecermos que requisitos preconizados para a área operacional não foram objeto de nosso exame, mesmo porque foge a nossa competência, de tal modo que restringimo-nos a matéria exclusivamente contábil.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

✓ PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- ✓ Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- ✓ Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- ✓ Analisamos as férias pagas;
- ✓ Constatamos que entregou a RAIS em tempo hábil;
- ✓ Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
- ✓ PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- ✓ PPRA- Programa de Prevenção de Risco Ambientais;
- ✓ PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

✓ Integridade/Segurança

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do CRTR, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos no exercício de 2016, para com base em critérios estatísticos, estratificamos aqueles que foram objetos da amostra, em proporções.

✓ **Procedimentos Específicos**

Atendendo aos itens do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2017, aplicamos procedimentos específicos com vistas avaliar os seguintes processos/procedimentos/atividades supramencionados além de analisar processos de licitação efetuados por comissão especial, de tomada de contas especiais ou sindicâncias e os consequentes inquéritos administrativos quando existentes.

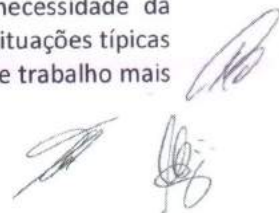
✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada pelo setor de Licitações e Contratos nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo CRTR no que diz respeito aos processos licitatórios, como de acordo com a legislação vigente.

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da Autarquia, já que as atividades desenvolvidas são consubstanciadas por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.



09. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 21 (vinte e uma) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **CRTR/RJ – 4ª REGIÃO** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros.

Rio de Janeiro/RJ, 01 de setembro de 2017



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O "S" RJ

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" RJ

Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" RJ


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" RJ